

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARCOS FELIPE KRETZER DE SOUZA

**MUDANÇAS OPERACIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO SPED
CONTÁBIL: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS PARA
DIAGNÓSTICOS.**

FLORIANÓPOLIS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MUDANÇAS OPERACIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL:
ESTUDO EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS.

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Denize Henrique Casagrande

Co-orientadora: Profa. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher

Florianópolis

2012

MARCOS FELIPE KRETZER DE SOUZA

**MUDANÇAS OPERACIONAIS NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL:
ESTUDO EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS.**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo orientador, co-orientador e membro abaixo:

Florianópolis – SC, 06 de Agosto de 2012.

Professor Dr. Irineu Afonso Frey

Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Banca Examinadora:

Profa Dra. Maria Denize Henrique Casagrande
Orientadora

Profa Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Co-Orientadora

Leandro Luiz Darós
Membro da Banca Examinadora

Dedico este trabalho ao meu pai Cássio Kretzer de Souza, e a minha mãe Luiza Helena Tasca de Souza por serem os maiores exemplos da minha vida, que me ensinaram as coisas boas e ruins da vida.

AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Denize Henrique Casagrande pela aceitação em ajudar no desenvolvimento deste trabalho, mostrando as dificuldades por mim encontradas e tendo paciência em orientar.

Aos diversos colegas realizados nestes anos de faculdade. Em especial aos meus grandes e eternos amigos Adriano Bichels, Guilherme Oliveira, Rafael Jorge Santos de Castro, Ricardo Roberto Maestri e Tiago Silva pelo companheirismo, cooperação, força e alegria demonstrados ao longo da minha vida acadêmica e pessoal. Sem eles a caminhada até o final seria, com certeza, muito mais árdua.

À minha família, em especial aos meus pais, que me deram a oportunidade e a condição de entrar em uma das melhores universidades pública do país.

À minha noiva, Karla Karina Gonçalves, por estar sempre do meu lado, me ajudando e contribuindo com o desenvolvimento não somente deste trabalho mais da minha vida.

Ao todos os meus colegas de trabalho que permitem eu aplicar na prática os meus conhecimentos estudados na faculdade, e contribuindo no meu desenvolvimento e na realização dos meus sonhos.

A Deus pois sem ele nem eu nem ninguém estaríamos na condição de desenvolvermos as nossas habilidades e procurar deixar o país e o mundo cada vez melhor.

RESUMO

JSOUZA, Marcos Felipe Kretzer de. **Mudanças operacionais na implantação do SPED contábil**: Estudo em uma empresa de produtos para diagnósticos. 43 fls. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Este trabalho tem como objetivo geral verificar as mudanças operacionais pertinentes nos controles contábeis com a implantação do projeto do SPED Contábil em uma empresa de produtos para diagnósticos. Para atender a este objetivo têm-se os seguintes objetivos específicos: identificar as áreas afetadas com a implantação do projeto SPED Contábil na empresa estudada e verificar os controles contábeis com a implantação do SPED Contábil. A metodologia quanto aos objetivos caracteriza-se como descritiva. No que se refere aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso e documental. Quanto à abordagem do problema considera-se qualitativa. A trajetória metodológica divide-se em três fases: a primeira, fundamentação teórica na qual são estudados os temas: evolução da tecnologia no âmbito contábil; sistema público de escrituração digital e controles contábeis. Na segunda fase, apresenta-se um breve histórico e o *status quo* da empresa. Quanto a terceira e última fase tem-se a análise dos resultados baseado em um questionário aplicado a três profissionais envolvidos na área. Também, tanto na segunda quanto na terceira fase faz-se uma análise documental na empresa. No final conclui-se que o nível das informações obtidas mostra as mudanças realizadas nos setores da empresa justificando a transmissão do arquivo do SPED. Mudanças nos controles internos de cada área da empresa, novos procedimentos. Melhorando assim as informações contábeis tornando adequadas para a tomada de decisão e para a própria transmissão do arquivo SPED.

Palavras - chave: Mudanças Operacionais. SPED Contábil. Implantação do SPED Contábil Empresa de Produtos para Diagnóstico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AICPA | <i>American Institute of Certified Public Accountants</i> |
| ECD | Escrituração Contábil Digital |
| ERP | <i>Enterprise Resource Planning</i> |
| NBC-TI | Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Interna |
| NF | Nota Fiscal |
| NF-e | Nota Fiscal Eletrônica |
| PAC | Projeto de Aceleração do crescimento |
| RFB | Receita Federal do Brasil |
| SI | Sistema Interno |
| SPED | Sistema Público de Escrituração Digital |
| TI | Tecnologia da Informação |
| XML | <i>Extensible Markup Language</i> |

SUMÁRIO

| | |
|---|---------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1.1 Tema e Problema..... | 09 |
| 1.2 Objetivos | 10 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 10 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 10 |
| 1.3 Justificativa | 10 |
| 1.4 Metodologia | 11 |
| 1.5 Limitação da Pesquisa | 13 |
| 1.6 Organização do Trabalho | 13 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.1 Evolução da Tecnologia no Âmbito Contábil | 15 |
| 2.2 Programa SPED | 18 |
| 2.3 Controles Contábeis | 20 |
| 2.3.1 Sistemas de Controle..... | 22 |
| 3 PROCESSO DE INCORPORAÇÃO | 25 |
| 3.1 Situação Inicial | 25 |
| 3.2 Mudanças com o Projeto SPED | 26 |
| 3.3 Qualidade da Informação | 27 |
| 3.4 Principais Áreas Afetadas | 28 |
| 3.4.1 Tesouraria, Contas a Pagar e Contas a Receber | 28 |
| 3.4.2 Vendas e Compras | 28 |
| 3.4.3 Estoques | 29 |
| 3.4.4 Tecnologia da Informação | 30 |
| 3.4.5 Contabilidade | 32 |
| 4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS | 36 |
| APÊNDICE..... | 38 |

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o mundo está interligado através de uma rede de comunicação, a *internet*. A partir dela, informações estão disponíveis a qualquer momento em tempo real e acessível à população mundial. Todas as informações são geradas e conseqüentemente armazenadas em um banco de dados podendo ser analisadas ou até mesmo adaptá-las futuramente. Assim pode-se melhorar o acesso as informações, e os gestores podem investir na área de Tecnologia da Informação (TI) possibilitando um controle destas informações, que auxiliam a tomada de decisão.

O Governo Federal com as Secretarias da Fazenda dos Estados juntamente com o Projeto de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) no intuito de aproveitar estas mudanças na transmissão das informações das empresas, vem buscar soluções para adquiri-las de maneira eficiente e dinâmica. O projeto do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED tem como um dos objetivos identificar atos ilícitos na tributação, como a melhoria nos controles e rapidez no acesso as informações. Receita Federal do Brasil (RFB) Acesso: www.receita.fazenda.gov.br (18/06/2010). Com tais informações geradas para o Governo Federal, esse poderia gerenciar os tributos, podendo auxiliar no processo de fiscalização e no confronto de informações entre as empresas.

Cada atribuição feita pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, a respeito do SPED contábil, pode iniciar uma série de obrigatoriedade nas mudanças nos sistemas internos daquelas empresas brasileiras que não possuem as melhores práticas contábeis.

A adaptação não somente para este decreto, mas também para todas as modificações pertinentes que englobam a adoção desta forma de troca nas informações podem proporcionar estruturas internas como controle de estoques, emissão de notas fiscais, banco de dados, além de um processo de melhoria contínua na área de recursos humanos, ou seja, dos profissionais que executam estas tarefas necessárias para as empresas.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O Brasil, a partir do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, tem realizado algumas mudanças na escrituração tanto Contábil como Fiscal a partir do projeto SPED. Entre esses projetos, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que foi desenvolvido pela Secretaria da Fazenda dos Estados e o Governo Federal, foi pioneira neste projeto, porém outros projetos alinhados a este, buscam atenção, pois tem por interesse a comunicação entre as empresas e fisco, procurando oferecer menos margem para o desdobramentos das informações, além de aumentar a eficácia da fiscalização não ficando somente a mercê do caráter dos fiscais e boa índole das empresas.

O projeto que vem tendo como uma maior preocupação não só para os contadores mais também para os empresários é o SPED Contábil, é uma das ramificações do projeto SPED, que segundo a Receita Federal (18/06/2010, p. 01).

É a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital - ECD, também chamada de SPED-Contábil. Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

As empresas passaram a ter um plano contábil referencial, que a partir dele as informações que já eram fornecidas pelos sistemas contábeis, necessitaram uma parametrização para serem importadas dentro dos blocos do SPED.

Vendo isso os gestores começaram a procurar formas de melhorar as suas informações contábeis, pois empresas que não possuíam um controle contábil adequado ou com informações coerentes com a realidade da empresa portando não atendendo as expectativas do fisco, precisaram adaptar-se ao sistema para gerarem informações aceitáveis com um maior controle nos departamentos e uma estrutura interna que permite mostrar a realidade da empresa, evitando inconsistências provenientes destas falhas nas informações e futuras fiscalizações.

Portanto, o SPED contábil que deveria ser uma simples parametrização do sistema contábil para o plano referencial estipulado pela Receita Federal do Brasil (RFB), gerou consequências, em algumas empresas, nas melhores práticas

contábeis, para aquelas empresas que não aplicavam uma contabilidade com informações justificáveis.

Nesta perspectiva a problemática deste estudo fica resumida na seguinte questão-problema: **Quais as principais mudanças operacionais com a implantação do projeto SPED Contábil de uma empresa de produtos para diagnósticos?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo geral verificar as mudanças operacionais pertinentes nos controles contábeis com a implantação do projeto do SPED Contábil em uma empresa de produtos para diagnósticos.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as áreas afetadas com a implantação do projeto SPED Contábil na empresa estudada; e
- Verificar os controles contábeis com a implantação do SPED Contábil.

1.3 JUSTIFICATIVA

As empresas, sendo elas micro, pequena, média ou de grande porte, obrigatoriamente necessita estar atualizadas nas exigências do fisco. Novos decretos e instruções normativas são elaboradas e/ou alteradas constantemente. A RFB cada vez impondo obrigações sendo elas acessórias ou não. E as falhas nestas obrigações geram ônus para a empresa e conseqüentemente, problemas para os contadores e gestores.

Salienta-se a necessidade de um planejamento interno para adaptar-se às diversas exigências do programa. As dificuldades de adequação desses parâmetros

sincronizados com a realidade da empresa facilitarão a transmissão do arquivo SPED contábil aos órgãos competentes.

Estes dados gerados pelo programa do SPED Contábil veio para atender uma das necessidades do governo, no sentido de facilitar a confrontação dos resultados de inúmeras empresas, identificando algumas não conformidades nas transações de mercadorias entre as mesmas.

Com isso, os contadores passam a exigir dos gestores atenção e respeito aos princípios contábeis melhorando o fluxo de informações em seus livros contábeis.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o cumprimento do objetivo deste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, buscando assim além da coleta, a interpretação desses dados. Identificando e comparando sem mudar as suas características.

Para Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No que se refere aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso e documental. Documental porque analisa documentos da empresa a respeito do assunto pesquisado. E de acordo com Gil (2002 p. 44) “é desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Quanto à abordagem do problema considera-se qualitativa, pois esta pesquisa demonstra a descrição dos processos de melhoria dos procedimentos operacionais com a implantação do SPED. Portanto, não demonstrando em números, mas sim em argumentos, descrevendo e interpretando os fatos que aborda o tema.

Segundo Lima *apud* Olivo,(2004, p.25):

As pesquisas de caráter qualitativo, por sua vez, partem da construção contextualizada de problemas que merecem ser investigados, embora eles possam ser reformulados durante o processo investigatório. Caracteriza-se pelo esforço de coletar materiais em diversas fontes oriundas do ambiente natural, por meio do contato direto, intenso e prolongado entre o

pesquisador e os atores sociais implicados, procurando explorar recursos metodológicos que permitam fundamentar exercícios de descrição para fins de compreensão dos fenômenos investigados, segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo. Neste caso, as pessoas envolvidas nas situações investigadas não são reduzidas a variáveis ou a meros informantes.

Com a convivência e auxílio do pesquisador nos processos de melhoria da empresa, pode-se identificar que a observação do participante, como define Roesch (2006, p. 161):

a observação participante é um método tradicional da pesquisa em antropologia. Na pesquisa em organizações, tem sido utilizada pelo menos de duas maneiras: de uma forma encoberta, quando o pesquisador se torna um empregado da empresa; quando o pesquisador tem permissão para observar, entrevistar e participar no ambiente de trabalho.

A trajetória metodológica divide-se em três fases: a primeira, fundamentação teórica onde são estudados os temas: evolução da tecnologia no âmbito contábil; sistema público de escrituração digital e controles contábeis.

Na segunda fase, apresenta-se um breve histórico e o *status quo* da empresa. Esta pesquisa demonstra a descrição dos processos de melhoria dos procedimentos operacionais com a implantação do SPED com um estudo qualitativo. Portanto não demonstrando em números, mas sim em argumentos, descrevendo e interpretando os fatos que aborda o tema.

Quanto a terceira e última fase tem-se a análise dos resultados baseado em um questionário aplicado a três profissionais envolvidos na área de Tecnologia da Informação, Faturamento e área Fiscal o primeiro formado em sistemas da computação e o dois últimos em Ciências contábeis. Também, tanto na segunda quanto na terceira fase faz-se uma análise documental na empresa.

A empresa estudada tem as características de uma empresa de comércio de produtos para diagnósticos, localizada na grande Florianópolis com a sua principal sede, além de mais 4 (quatro) filiais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A empresa possui desde 2004, um sistema de *Enterprise Resource Planning (ERP)* integrado, Sapiens. Esse sistema possui módulos das áreas de contas a pagar, a receber, tesouraria, vendas, compras, estoque, patrimônio, contábil e fiscal.

Para obter as informações deste trabalho, foi aplicado questionários para as principais áreas relacionadas com a contabilidade e com o suporte a ela. O Questionário (Apêndice) foi aplicado a fim de identificar os objetivos deste trabalho. Foram elaboradas perguntas para os supervisores das áreas de TI, Faturamento (emissão de NF) e para a analista fiscal. Todas as pessoas questionadas possuem ou possuíam vínculo com a empresa desde o ano de 2006 no mínimo. Este questionário foi aplicado em outubro de 2011. E teve como fundamento, perguntas relacionadas às mudanças de janeiro de 2008 até outubro de 2011.

Além deste questionário, o trabalho pode ter os conhecimentos profissionais de quem participou de boa parte deste processo, o próprio pesquisador. Contratado no início de novembro de 2009 e com convivência profissional adquirindo conhecimento sobre a história e a evolução da empresa.

1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa limita-se as mudanças com os decretos e instruções normativas feitas pela RFB com relação ao sistema público de escrituração digital feita até a data de 30 de maio de 2012.

Limita-se também a opinião dos entrevistados nas áreas de Tecnologia da informação, Faturamento e Depto Fiscal.

Ainda, limita-se opinião do pesquisador quanto a interpretação das informações obtidas.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Procurando obter uma melhor compreensão da pesquisa e com o objetivo de adquirir uma organização mais atenuada, este trabalho está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo aborda-se a introdução, que descreve aspectos que foram mencionados no trabalho, como: O tema e problema, no qual consta a pergunta de pesquisa; os objetivos geral e específico; a justificativa, que descreve a

importância da implantação deste sistema; a metodologia utilizada, e a limitação da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico que trata da importância de um sistema integrado nas empresas na área da contabilidade, não somente para a implantação do SPED Contábil, mas também para o próprio desenvolvimento da empresa, discriminando os processos e demonstrando como podem ser benéficos, tanto para o crescimento da entidade como para a sociedade. Obedecendo assim as obrigações tributárias, como o SPED Fiscal e contábil junto com a NF-e. Explanando também a legislação imposta até a presente data.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso, descrevendo o *status quo* da empresa estudada e os resultados alcançados

E por último, apresenta as conclusões quanto aos objetivos e as sugestões para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, abordam-se os aspectos relacionados ao tema proposto, informando a evolução da tecnologia no âmbito contábil, expondo a legislação vigente para a concretização do SPED, e os principais fatores que se deve adotar dentro da empresa para adquirir um grau satisfatório na transmissão do arquivo.

2.1 EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NO ÂMBITO CONTÁBIL

A respeito da história da contabilidade Sá (1997, p.15) descreve que a contabilidade nasceu junto com a civilização e que seus progressos quase sempre coincidem com as características da própria evolução humana. O autor também menciona que a contabilidade jamais deixará de existir em decorrência das civilizações. Mostrando assim a grande ligação entre a contabilidade e a história dos seres humanos. Os primeiros registros surgiram com a necessidade de um simples controle de identificação e quantidade dos objetos.

Segundo Sá (1999, p. 17), “Antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição que foi a artística, da qual se vale para também evidenciar seus feitos e o que havia conquistado para seu uso”.

De acordo com Jochem (2008, p. 19), com o passar dos tempos, e a humanidade com a necessidade de se preservar, foi aperfeiçoando as técnicas de registros e controles. Com o surgimento das partidas dobradas Sá (1997, p. 35) escreve que as partidas dobradas no seu registro mais antigo foi em 1292, embora reconheça que existem provas esparsas, oriundas da cidade de Siena na Toscana, Itália. Porém Sá (1997, p. 35) conclui que:

O mais completo documento, todavia, em partida dobrada, é um Diário, iniciado em 1403, descoberto por Melis, que se encontra nos arquivos Datini, da cidade de Prato, na Toscana, Itália. Este foi o sustentáculo para que esse ilustre historiador da Contabilidade apresentasse sua tese que derrubaria a anterior sobre o nascimento da partida dobrada; ou seja, com seus esforços provou que a Toscana é a terra onde com maior probabilidade nasceu a partida dobrada.

Com o surgimento das partidas dobradas começaram a surgir os primeiros métodos para transcrevê-los em papel, seja em sistemas ou em impressão de livros conforme menciona Schmidt (1996, p. 36-37):

1º - desenvolvimento econômico na área abrangida entre as cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um nível comercial bem mais sofisticado que o conhecido até então, dando origem a uma demanda de sistemas contábeis sofisticados;

2º - a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente no norte a Itália.

A contabilidade de maneira manuscrita exigia além de grandes controles das anotações das operações da empresa, um tempo muito elevado para fazer os balancetes, e a atualização destes resultados era algo extremamente difícil. Como menciona Thompson (1991, p. 22).

Compare estas duas cenas. Um atarefado empregado, com a gravata afrouxada, maneja uma pesada máquina. Faz lançamentos contábeis em uma ficha, atrás de qual há uma folha com carbono. Depois transcreve essas informações no Diário, por meio de gelatina. Ou, então, um operador faz os mesmos lançamentos em um microcomputador, com velocidade cinco vezes maior, deixando para o programa a elaboração de relatórios, que depois serão emitidos pela impressora. É a diferença entre usar ou não a informática como ferramenta no dia-a-dia do profissional da Contabilidade.

É evidente que com a globalização e o avanço no mercado mundial, as empresas passaram a terem a obrigação de se modernizar, e com ela a contabilidade passou da fase manuscrita para a mecânica, como evidenciada por Thompson. Os profissionais com o auxílio de máquinas preenchem as fichas de maneira mais automáticas, tendo um significado avanço na praticidade das informações.

Hendriksen & Breda (1999, p.38) afirmam que,

A Contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a Contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos.

Com o surgimento dos micro-computadores e o avanço tecnológico, as empresas passaram a registrar suas operações em programas destinados a própria contabilidade. *Software* foram criados para facilitar além dos registros, a geração de relatórios, balancetes e fichas de controle. Segundo a Revista Exame (2002 p. 94):

Na segunda metade da década de 80, a informática começa a superar sua função original de agilizar tarefas operacionais para transformar-se em recursos na busca de vantagens competitivas. A Computação e a telefonia começam a se fundir, abrindo a estrada para a tecnologia da informação tal qual a conhecemos hoje. Essa evolução prepararia o solo para a integração de sistemas que elevaram os computadores a um papel estratégico dentro das empresas.

Vendo isso, a contabilidade adquiriu mais uma vez a necessidade de se modernizar. Além da evolução naquelas escriturações da contabilidade em papel, ou em um simples sistema sem alguma forma de implantação já estão ultrapassados. A contabilidade é gerada em arquivos digitais. Com isso a transmissão de informações para os gestores passou a ser muito mais dinâmicas. Como descreve Pessoa (2006, p. 01), “os avanços tecnológicos têm liberado os profissionais dos trabalhos rotineiros. Eles agora passam menos tempo preparando relatórios e mais tempo analisando e interpretando informações de negócios”.

Porém essa mudança de prática na área não se resumiu apenas a um ganho de tempo, mas também mudar uma visão sobre este profissional, o que antes seria de um simples contabilista, ou um contador de números. Transformar esses números em resultados decisivos para a tomada de decisão conseguindo assim atender não somente ao seu cliente externo, no caso o governo, mais também e principalmente os clientes interno, que seriam os empresários e os tomadores de decisões.

Segundo Barbosa (2000, p. 2):

O profissional contábil, como um elemento que integra a organização, também está inserido nesse contexto, e vem sofrendo uma forte pressão diante das mudanças, pois a sua função está sendo reformulada a cada passo desse processo de transformação. Esse profissional deve buscar alternativas para agregar valor não só a empresa como o seu trabalho, utilizando a Tecnologia da Informação como uma aliada na aquisição e desenvolvimento de competências.

É evidente que o governo, com este avanço tecnológico, vem melhorando sua gestão em relação aos recursos arrecadados. A fim de diminuir o número de sonegações vem ao longo dos anos implantando declarações com o intuito de filtrar as informações necessárias para encontrar alguma não conformidade. O Governo Federal sancionou o Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007, implantando o SPED, que modifica a forma de escrituração digital.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Desde a Lei nº. 10.406/2002, em seu artigo 1.179, afirma-se que,

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Com isso Marion (1998, p. 24) explica a respeito da contabilidade que “com o passar do tempo o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas”.

A contabilidade no Brasil por muito tempo tinha por prática, principalmente nas pequenas empresas, de uma contabilidade apenas para atingir as obrigações fiscais. Marion (1998, p. 28) menciona:

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

Para Iudícibus (2000, p. 53) “o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente física, de produtividade social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Com o intuito de melhorar a relação entre as informações contábeis geradas pelos contribuintes e a própria RFB, a mesma passou a adotar mecanismos para obter uma melhor fiscalização, para isso foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22

de janeiro de 2007, o programa SPED que segundo o *Site* do Ministério da Fazenda é um Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010).

A respeito do SPED, o Governo Federal com o Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007, art. 2º explica que “O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações”.

Portanto, buscando unificar os processos em relação às informações recolhidas dos contribuintes, o governo federal adotou uma série de projetos todos ligados neste mesmo objetivo. Como exemplo do projeto SPED: NF-e, SPED Fiscal, SPED Contábil, entre outros.

Cada projeto passou a ter uma forte atenção para todos os contribuintes, a NF-e, por exemplo, envolveu muitas mudanças em relação aos métodos tradicionais de emissão de nota fiscal (NF). Conforme Cleto (2006, p. 01):

Pode-se dizer que o atual sistema de emissão de documentos fiscais no Brasil é um sistema tradicional, mantido híbrido por envolver o preenchimento de notas fiscais por meio: a) manual, que envolve os talões de documentos fiscais; b) de sistemas mecanizados, onde ainda se conta com a tradicional máquina de escrever (apesar do estágio de aposentadoria), datilografando notas soltas; c) de sistemas de informação que preenchem eletronicamente formulários contínuos concomitante com os lançamentos manuais ou integrados nos livros fiscais.

Portanto a NF-e veio para quebrar um paradigma alterando a forma de emissão da NF. Segundo Young (2009, p. 153)

O objetivo principal do projeto nota fiscal eletrônica é a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, que substitua a sistemática atual do documento fiscal em papel, com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo em que permite um controle em tempo real das operações comerciais pelo fisco.

Já o SPED Fiscal instituído pelo convênio ICMS nº 143 de Santa Catarina, de 15 de dezembro de 2006:

se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

O SPED Contábil segundo a Receita Federal, no Sítio Portal SPED 2011 “Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos”. Portando o SPED Contábil nada mais é que a substituição dos livros contábeis impressos por meio eletrônico. Ou seja, a RFB com o programa SPED buscou controlar de maneira mais eficiente as obrigações do profissional contábil em relação aos seus princípios, métodos e práticas.

O Decreto nº 6.022, de janeiro de 2007, além de instituir o SPED, no seu Art. 3º descreve a respeito dos Usuários do SPED:

I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias.

Porém, na sequência da obtenção destas informações, o primeiro usuário a obtê-la é o próprio usuário gerador que poderá utilizar estas informações para gerar benefícios para a própria empresa. Sendo transmitida posteriormente com no arquivo SPED.

Com esta mudança na legislação pertinente à alteração na forma de enviar a NF-e, da forma de escrituração tanto na parte contábil como na Fiscal, e com o conceito e o principal objetivo da contabilidade definidos, pode-se chegar à conclusão que as empresas que não estavam gerando informações aceitas pela RFB, necessitaram e necessitam se adequar a esta nova realidade. Mas, para isso, a contabilidade de tais empresas precisa se estruturar internamente, não só nos processos, mas também nos controles e formas de operar.

2.3 CONTROLES CONTÁBEIS

Inicia-se a descrever tal assunto, trazendo ao texto a citação de Chiavenato (2003, p. 176) que fala da finalidade do controle:

é assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. A essência do controle reside na verificação se a atividade controlada está ou não alcançando os objetivos ou resultados desejados. O controle consiste fundamentalmente em um processo que guia a atividade exercida para um fim previamente determinado.

Já Almeida (1996 p. 50), afirma que “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

O Comitê de Procedimentos de auditoria do instituto Americano de Contadores Públicos Certificados – AICPA (apud Attie 2010, p.148) por sua vez, define que:

O controle interno compreende o plano de organização e conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Attie (2010, p. 151) comenta que a importância dos controles em uma entidade é denominada de acordo com o crescimento da mesma. Quanto maior a empresa, maior a complexidade dos controles. Attie também cita que enquanto a empresa é menor, os controles podem ser feitos pelo próprio dono desta entidade, e a medida que a empresa vai crescendo não somente em volume mais também em variabilidade dos produtos, “torna-se inviável que seu dono, sozinho, controle todas as operações e transações”. Designando assim as funções para outros funcionários.

Almeida (1996) diz que a relação entre os controles internos e os controles contábeis é que pode existir influência entre ambos.

A respeito da ligação entre os controles internos e os controles contábeis Pereira (2007, p. 10) menciona: “é virtualmente impossível assumir a existência de

controles administrativos eficientes sem a alta qualidade dos controles contábeis, pois a ligação entre ambos é que fornece eficácia”.

Attie (2010, p. 152) afirma que a contabilidade atualmente dá importância para os controles internos, dizendo que “um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em eficiente controle interno é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas nos seus relatórios”.

Para Franco (1997, p. 21) “a contabilidade é a ciência que se destina a registrar, estudar, controlar e interpretar os fenômenos ocorridos no patrimônio das Entidades, com o objetivo de fornecer informações e orientações sobre o estado desse patrimônio e suas variações”.

A respeito da importância da contabilidade, Coelho Neto (2002, p. 23) afirma que:

Uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento. Impossibilitada de elaborar demonstrativos contábeis por falta de lastro na escrituração, por certo encontrará grandes dificuldades em obter fomento creditício em instituições financeiras ou de preencher uma simples informação cadastral.

A respeito da ligação entre a contabilidade e os sistemas de informação Lucena (2004, p.52) afirma que:

A contabilidade bem elaborada é essencialmente importante para as projeções de sistemas de informação para o desenvolvimento da informação e, principalmente, para tomada de decisão. Sendo assim, a contabilidade tem a oportunidade de explorar e contribuir para os projetos de sistemas identificando uma intersecção entre os Sistemas de Informações Contábeis (SIC) e a Contabilidade Gerencial.

Analisando este contexto, observa-se que se faz necessário apresentar os tipos de sistemas de controles.

2.3.1 SISTEMAS DE CONTROLE

A respeito da responsabilidade dos sistemas de controle, Almeida (1996, p. 03), relata que, “a administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do

sistema de controle interno, pela verificação de se está este sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias”.

Maximiniano (2000, p. 468) afirma que, “a aceitação do sistema de controle diz respeito tanto ao projeto do sistema em si, quanto à forma de implantação. As pessoas tendem a resistir, a serem controladas e a sabotar os sistemas de controle”, demonstrando assim uma dificuldade na implantação de um sistema, seja ele qual for. E a melhoria da resistência só se dá se as pessoas o entenderem como importante para seu próprio crescimento pessoal.

Um sistema de controles internos pode ser utilizado para diversas situações. E Attie (2010, p. 152) apresenta alguns, como: “controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análise estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna”.

Nascimento (2009, p. 105) mostra que nas empresas:

Existem diversos sistemas que se completam, são interdependentes e interagem entre si, formando o sistema-empresa. Um desses é o sistema de controles internos, formado pela interação e interdependência de cada procedimento isolado de controle, considerando cada ciclo de operações que a empresa realiza, com o objetivo de assegurar a eficácia organizacional, através da proteção do patrimônio da empresa, da confiabilidade e da tempestividade das informações e da determinação da adesão a normas e políticas preestabelecidas.

Porém todas estas formas de controles devem tomar cuidado para não destoar com os objetivos da empresa, como menciona Anthony e Govindarajan (*apud* NASCIMENTO, 2009, p. 103) o controle deve “assegurar que as estratégias sejam obedecidas, de forma que os objetivos da organização sejam atingidos”.

Segundo a NBC-T-11 Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

O sistema contábil e de Controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis e da sua eficácia operacional.

Attie (2010, p. 164) menciona que “os sistemas de controles internos trabalham para minimizar ou buscam eliminar quaisquer tipos de erros ou fraudes que se possa ter no sistema, porém não descarta a possibilidade de ocorrê-los”. E esses sistemas devem estar aptos a detectar tanto erros intencionais como os não intencionais. Evitando assim qualquer tipo de transtorno nas transações e nas informações geradas pelo sistema.

Porém, qual é o principal motivo para estes sistemas de controle? Para Albuquerque (2005, p. 7),

Os principais objetivos do sistema de Controles Internos são, portanto, garantir que as definições das políticas empresarias e de negócios de uma entidade reflitam, nas operações do dia-a-dia, a aplicação dos princípios e boas práticas da governança corporativa e, para os acionistas e investidores, que o processo de tomada de decisão para aplicação de recursos nos negócios da entidade seja mais confiável.

Portanto entende-se que os controles internos em uma entidade são importantes, seja a entidade, pequena ou grande. São importantes não somente para a alta direção ter o controle da real situação da empresa, mas também para poderem tomar as decisões diariamente e “encaixar” da melhor maneira possível nas exigências do mercado.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se o *status quo* da empresa estudada assim como os processos de incorporação após transmissão do SPED Contábil.

3.1 BREVE HISTÓRICO E SITUAÇÃO INICIAL DA EMPRESA PESQUISADA

A empresa estudada tem as características de uma empresa de comércio de produtos para diagnósticos, localizada na grande Florianópolis com a sua principal sede, além de mais 4 (quatro) filiais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A empresa possui desde 2004, um sistema de *Enterprise Resource Planning (ERP)* integrado, Sapiens. Esse sistema possui módulos das áreas de contas a pagar, a receber, tesouraria, vendas, compras, estoque, patrimônio, contábil e fiscal.

O processo de incorporação de um sistema gerencial na empresa estudada iniciou antes mesmo de qualquer tipo de obrigação acessória imposta pelo governo federal. O Sistema Integrado (SI) iniciou em 2004 logo após a transferência da contabilidade externa (terceirizada) para uma contabilidade interna em 2003. Integrando assim todas as atividades da empresa e suas filiais.

Em 2008, a contabilidade possuía apenas quatro pessoas no departamento, onde essas quatro pessoas eram responsáveis por todas as funções na contabilidade, tanto para a área de folha de pagamento como para o fiscal, contábil e imobilizado.

Em 2009 a contabilidade passou além de agregar mais alguns profissionais, e com isso, separar o departamento da contabilidade em áreas como: Contábil, Fiscal, Pessoal, Patrimonial, além do arquivo. O sistema foi passando por algumas mudanças, o que antes era um sistema padrão feito para qualquer tipo de empresa atacadista, passou a ter adequações para as particularidades da empresa.

Para essas novas adequações um fator importante foi o departamento de TI, onde possui não só funcionários para a parte infra da empresa (*software* e *hardware*), mas também para a área de Suporte de programação que deixa toda a parte de sistemas mais rápida e acessível para os colaboradores, não precisando

contratar quaisquer tipo de suporte para elaboração de relatórios ou até mesmo parametrizações.

Porém, antes das mudanças pertinentes ao SPED e as diversas exigências do governo federal, via-se a necessidade de melhorar as informações, para que o sistema servisse como base para a tomada de decisões. Em muitos processos essas informações não eram confiáveis, pois o processo de conciliação da contabilidade da matriz e das filiais, embora já estivesse integrado, necessitava operacionalidade. Além de conferir se todas as informações estavam integradas para a contabilidade, havia a necessidade de verificar se os cálculos e se os destinos das contas foram desenhadas, de maneira correta. Por esse motivo, informações eram obtidas apenas por relatórios dos próprios departamentos, deixando-as distantes umas das outras.

3.2 MUDANÇAS COM O PROJETO SPED

Juntamente com os avanços no setor da contabilidade começaram a serem impostas algumas obrigações para o ramo de atividade da empresa estudada. O primeiro passo foi a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que foi aprovada pelo Protocolo do ICMS nº. 68/2008 que trata do ramo “comerciante atacadista de medicamentos alopáticos para uso humano”.

A empresa estudada passou a emitir a NF-e, e para a implantação deste sistema, investimentos foram realizados, levando em torno de seis meses antes de iniciar tal emissão. Os trabalhos com o *layout* do arquivo XML passou a ser desenvolvido pelo próprio departamento de tecnologia de informação, porém com o auxílio de uma consultoria para a área fiscal, a fim de evitar quaisquer tipos de imprevistos com a legislação.

A principal dificuldade da área foi em relação na aquisição de informações a respeito da NF-e, pois segundo um dos entrevistados, a profissional da área de faturamento afirma que: *“fomos pioneiros a implantar a NF-e em Santa Catarina, a falta de conhecimento e informação foi um dos agravantes, buscávamos informações nos órgãos competentes e consultorias e não tínhamos respostas*

concretas.” Esta informação de ser pioneiro na implantação na NF-e em Santa Catarina é em relação ao primeiro cliente do *ERP* com emissão de NF-e.

Este processo de adaptação à nova forma de emissão de NF-e foi importante para ser aprimorado no SPED Contábil, pois a interação e o conhecimento destas mudanças facilitaram as adequações.

Logo após, a implantação da NF-e, em dezembro de 2008, iniciou-se o trabalho para a implantação do novo sistema para gerar o SPED Contábil. E, de acordo com o art. 3º, I, da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, passa a ser obrigatória, a transmissão do SPED Contábil:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

Com a implantação do sistema para gerar o arquivo eletrônico da Escrituração Contábil Digital (ECD), muitas alterações dos parâmetros, tanto para os controles operacionais, como para suprir com a necessidade da transmissão do arquivo foram geradas.

A parametrização do sistema para a transmissão do arquivo do SPED foi feita com o profissional da área da contabilidade juntamente com o profissional da área de TI. Segundo o entrevistado na área de TI formado em sistemas da computação, esse trabalho não foi um processo difícil para a empresa, pois possuía uma estrutura adequada nas áreas, porém foi um processo trabalhoso e necessitou de tempo tanto para as áreas de TI como Faturamento e departamento contábil/fiscal.

Sobre o processo de alteração do sistema para a transmissão do SPED foi realizado parcialmente pelos profissionais da TI e da equipe contábil. Houve a configuração do Sistema de Gerenciamento Empresarial, mais conhecido como *ERP*, para a geração do SPED Contábil.

3.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Antes de qualquer mudança da legislação, os controles da empresa eram feitos de maneira comercial, ou seja, utilizando-se relatórios das áreas de atuação para a tomada de decisões. Após as exigências em relação aos novos métodos de comunicação com o fisco, e vendo a necessidade das informações mais precisas para o mercado, a empresa passou a investir mais nos sistemas de controles. Passou, também a ser integrados sistematicamente com a contabilidade, para serem utilizados como ponto de partida nas decisões da empresa.

As informações comerciais e financeiras passaram a ser de acesso à consulta pela contabilidade, além de fornecer relatórios com confronto de informações necessárias para a mesma. Com isso as informações chegam à contabilidade de maneira rápida, e com uma informação apropriada para a conciliação.

Porém, para este processo se tornar eficaz, mudanças necessitaram ser realizadas para tornar as informações de maneira coerente no momento inicial e alimentar o sistema. Para isso, áreas passaram a ser fundamentais para os processos..

3.4 PRINCIPAIS ÁREAS AFETADAS

Praticamente todas as áreas foram afetadas na mudança da estrutura interna, como: de tesouraria, contas a pagar, contas a receber, vendas, compras, estoque, TI e contábil.

3.4.1 TESOURARIA, CONTAS A PAGAR E CONTAS A RECEBER

As mudanças em relação aos controles operacionais e as rotinas de trabalho dos departamentos foi em relação aos prazos de conclusão dos fechamentos mensais, o que antes possuía prazos que iriam até o sétimo dia útil do mês subsequente, passou gradativamente diminuir tais prazos. Com tal diminuição, a integração do sistema nestas áreas para o módulo da contabilidade passou a ser antecipada. Hoje é integrada na metade do segundo dia útil, possibilitando assim mais tempo para o fechamento da área contábil e a verificação com antecedência de qualquer tipo de pendência nas demais áreas.

3.4.2 VENDAS E COMPRAS

A mudança nesta área foi em relação aos cadastros e suas particularidades. Além de todas as mudanças das rotinas da NF-e, o que gerou maior controle e cuidado na emissão das notas fiscais. Alguns cadastros foram necessários ser revisados e alterados. Como no cadastro de produtos, alinhando todos os critérios de preço médio e classificação fiscal. Separando por códigos, cada área designada a cada produto, facilitando assim a consulta e o futuro alinhamento com o setor fiscal. Além do cadastro de produtos, também merece destaque, na área de vendas, é o cadastro de clientes, e na área de compras o cadastro de fornecedores, adquirindo informações pertinentes para futuras consultas e possibilitando particularidades para cada cadastro, assim como a separação das atividades dos fornecedores entre compra de equipamento, suprimentos, fornecedores internacionais, transportes, até atividades como energia elétrica, comunicação, entre outras.

3.4.3 ESTOQUES

O controle de estoques sofreu várias mudanças, o que antes era feito de maneira centralizada nos departamentos de atuação, e não tendo a confiabilidade nas informações contábeis, passou a ser separada na contabilidade como mercadorias para revenda, e mercadorias para terceiros. Comodato, sub-comodato, aluguel, estas classificadas no imobilizado como patrimônio da empresa.

Para controle destas mercadorias do imobilizado, tanto mercadorias para o cliente como mercadorias para uso da empresa como cadeiras, computadores, entre outros, novos processos foram implantados na chegada de tais mercadorias. O controle do patrimônio passou a ser de obrigação do departamento de contabilidade, sendo informados por ele os valores residuais e localização desses bens. Para esse controle ser eficaz, passou a se adotar etiquetas, identificando-os e deixando a consulta de maneira mais adequada tanto nos produtos de uso interno da empresa como os produtos de comodato e aluguel.

A respeito das mercadorias para revenda, passou a ser feito inventários periódicos a cada três meses, confrontando as informações obtidas no sistema com as mercadorias físicas, além de identificar os produtos com códigos idênticos aos números cadastrados em tal sistema. Além de possuir estes números de

identificação, os mesmos foram padronizados de maneira diferenciada para vários tipos de produtos, tanto para equipamentos médicos, consumíveis (suprimentos médicos e odontológicos, filmes), partes e peças, entre outras classificações, gerando assim um controle não apenas nas áreas comerciais e estoques, mas também um controle contábil podendo assim futuramente confrontá-los e ajustá-los quando necessário.

3.4.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área que sofreu a maior quantidade de alteração foi a área de TI, tanto por se tratar de uma área que está inteiramente ligada a todas as outras, pois qualquer tipo de alteração no sistema passa pela TI.

Como o sistema já possuía parâmetros padrões precisou de adaptações para as necessidades da empresa. Foram criadas diversas formas de transação, abrindo um leque para a quantidade de operações que poderiam ser realizadas pela empresa. Operações como mercadorias para empréstimo, demonstrações, entrega futura, faturamento antecipado, foram alinhadas e parametrizadas para que as informações geradas na remessa fossem iguais às informações dos retornos e com isso, tais notas fiscais de remessa e retorno devem estar ligadas no sistema, mostrando que o sistema está integrado em qualquer situação e oferece fidedignidade às informações.

Além destas transações relacionadas com o departamento de vendas, muitas outras transações foram criadas ou adaptadas para posteriormente serem integradas com a contabilidade. Como possui transação para cada tipo de área, teve-se a necessidade de ligá-las em uma única operação. Uma transação de venda informada na NF de saída, por exemplo, automaticamente é processada numa transação do estoque e posteriormente noutra do setor de contas a receber.

Com a transação de venda na NF de saída, a parte dos impostos são todas processadas, gerando informações para os livros fiscais. Quando processada a transação do estoque, todas as informações de custo médio, quantidade de produto, depósito (que é classificado pelo tipo de produto) são armazenadas no sistema, por fim, na transação das contas a receber todas as informações de cliente em aberto, prazo de recebimento e informações do cliente são gerados.

Com estas transações ligadas corretamente e simultaneamente começou-se a serem revisadas as formas de contabilização, através de regras estabelecidas anteriormente para gerarem os lançamentos contábeis no sistema. Estas informações mencionadas anteriormente, quando processadas estão aptas a serem contabilizadas, transformando todas as informações destes módulos em formatos de Débito e Crédito junto com os históricos para a contabilidade.

Para que esse processo fosse possível, foi necessário contratar um programador para ficar na empresa num turno de quatro horas diárias, por um ano.

A empresa possuía em 2008, 91 (noventa e uma) transações com formas de contabilização, hoje (2012) depois de todas as alterações a empresa possui 501 (quinhentas e uma) transações e com formas de contabilização em todos os módulos do sistema. Isto foi necessário devido ao grande volume de operações realizadas pela empresa como: transferências entre filiais, mercadorias em empréstimos, demonstrações, processos em importação, diversos depósitos de estoques com mudanças de características dos produtos. Porém, cada processo está definido, e as transações e formas de contabilização estão ligadas umas com as outras, facilitando assim o trabalho dos funcionários que utilizam estas operações.

3.4.5 CONTABILIDADE

Com as mudanças na empresa, o departamento de contabilidade precisou ser adaptado, além da contratação de funcionários, designando áreas para cada profissional, tendo uma maior confiabilidade das informações geradas pelo sistema, com relatórios que dão o suporte necessário para controle das operações.

A integração dos módulos de vendas, compras, contas a receber, a pagar e tesouraria são ligadas na contabilidade por lotes diários e por filial para cada módulo, ajudando na consulta dos lançamentos e facilitando quando necessário, a correção de transações, abrindo assim apenas o dia da movimentação que é necessária ser aberta, e no momento da integração, para efetuar apenas naquele período e/ou módulo.

A contabilidade que antes trabalhava para cumprir os prazos pertinentes para o fisco, e que muitos meses fechava a contabilidade poucos dias antes do vencimento (alguns meses no próprio dia) dos impostos sobre o lucro da empresa. Hoje essa realidade é bem diferente. A contabilidade passou a utilizar o seu tempo para analisar as operações, controlá-las e prever resultados para o próximo mês e não mais gerando informações com equívocos.

Com os relatórios feitos pelo departamento de TI a contabilidade passou a comparar as informações das áreas com a contabilidade de maneira mais eficiente, como a alteração do cadastro de fornecedores, para cada tipo de fornecedor, padronizando uma conta contábil diferente. E com o auxílio dos relatórios, a verificação dos saldos ficou mais coerente. Além de muitos relatórios já serem gerados pelo próprio sistema. Todos os relatórios podem ser alterados para o formato em *Excel* possibilitando assim vários tipos de controles.

Outra área da contabilidade que gerou resultado positivo foi na área do arquivo permanente, conforme levantamento feito pela responsável da área, pois com o início da NF-e em dezembro de 2008, o número de caixas referente as notas fiscais de saídas diminuíram drasticamente, assim como as notas fiscais de entrada.

Quadro 1: Últimos 5 anos da quantidade de caixas no Arquivo pertinente

| Caixas Arquivo Permanente | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| NF Entradas | 13 | 26 | 65 | 34 | 24 |
| NF Saídas | 24 | 27 | 43 | 2 | 2 |
| Total | 37 | 53 | 108 | 36 | 26 |

Fonte: Responsável pela área da empresa.

Em contra partida, a respeito do arquivo eletrônico dos arquivos *XML* das NF-e, conforme pesquisa com o responsável da área de TI “O *XML* é armazenado no banco de dados Oracle com backup diário”. Isso significou um aumento conforme o responsável, “Foi estimado algo em torno de 6%”.

Sobre as atualizações no sistema elas necessariamente devem acontecer de maneira constante. De acordo com a pergunta realizada à área responsável, essas atualizações são geradas no sistema conforme determinação do fisco, respondendo as alterações fiscais. Porém a atualização dos parâmetros e correção de possíveis divergências é realizada de maneira simultânea ao fato ocorrido, além da versão do sistema ser atualizada a cada três meses.

De modo geral, as mudanças pertinentes com o SPED Contábil possibilitou ênfase nos processos contábeis, mostrando que tais informações são importantes para a empresa, valorizando a área contábil.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

O objetivo geral foi “verificar as mudanças operacionais pertinentes nos controles contábeis com a implantação do projeto SPED Contábil em uma empresa de produtos para diagnósticos”. Assim, este trabalho identificou as áreas afetadas na empresa com as mudanças dos controles e com a implantação do projeto SPED Contábil. Estas mudanças passaram por todos os processos e setores da empresa. Prazos foram determinados, processos automatizados, e consequentemente pessoas precisaram ser adaptadas para este novo sistema.

Esta mudança ocorreu devido à necessidade de informações pertinentes à empresa, mostrando o *status quo*, não apenas para realizar a obrigação acessória para a RFB, mas também ter confiabilidade nas decisões gerenciais.

Para atender ao objetivo geral no primeiro objetivo específico: “identificar as áreas afetadas com a implantação do projeto SPED Contábil na empresa estudada”. Verificou-se que as principais áreas afetadas foram: Financeira, Comercial, Contábil e TI. Em destaque para as áreas da Contabilidade e TI – Tecnologia da Informação. As principais mudanças foram em relação ao Sistema Gerencial, deixando de maneira automatizada e com processos adequados para as exigências da empresa e principalmente dos gestores, não sendo divulgado o valor desses investimentos.

Todas as mudanças geraram benefícios para a empresa principalmente no longo prazo, pois passou a ter uma integração não somente no sistema mais também entre as pessoas dos departamentos. Esta interação conclui-se que foi positiva pelo fato dos departamentos cobrarem metas uns dos outros, deixando claros os objetivos da empresa e ajudando a todos manterem o foco, e por saberem da importância destas informações agora geradas no sistema. Com isso os gestores possuem mais tempo para analisar os resultados e podem tomar as decisões com maior antecedência.

Quanto ao segundo objetivo específico: “verificar os controles contábeis com a implantação do SPED Contábil”. Observou-se que este processo de aprimoramento do sistema não possui uma data de término. Os processos são revisados constantemente pelos funcionários das áreas e alinhados junto à área de TI. A necessidade de adequação e atualização dos parâmetros é importante para

cumprir com os objetivos dos gestores. O profissional contábil passou a ter, pelo menos, o mínimo de conhecimento na área de TI e vice e versa, pois assim a comunicação entre os departamentos e o mutuo entendimento da necessidade de realização da melhoria no sistema passa a ser mais eficaz.

Analizando todas as mudanças e adaptações nas operações da empresa, embora o investimento com treinamentos, consultorias, e o tempo gasto para a realização destes aprimoramentos tenham sido elevados ajudou a empresa no seu desenvolvimento econômico- financeiro.

Os gestores passaram a ter as informações pertinentes à empresa de maneira mais coerente com a situação da empresa, automatizando os resultados, evitando erros nos processos que antes eram operacionais.

Porém, faz-se necessário frisar que o SPED Contábil apenas exigia a transmissão dos livros contábeis em formato de arquivo, mas as mudanças realizadas na contabilidade e na estrutura da empresa, ocorreram, também, pelo fato da não cobrança de fiscalização, fazendo com que houvesse divergências nos desdobramentos das informações. Atualmente, tais informações podem ser verificadas e fiscalizadas de maneira rápida, fazendo com que empresas que não possuíam uma contabilidade de acordo com os princípios fiscais, optassem por se adequar a tais mudanças ou correrem riscos futuros.

Conclui-se que embora mudanças fossem realizadas e processos revistos, a empresa ainda possui algumas falhas nos controles, porém as mesmas estão identificadas e tem-se por parte dos gestores uma política de melhoria contínua na tomada de decisão fiscal. Tendo assim uma previsão de até final de 2012 as mesmas sejam concluídas.

Para futuros trabalhos sugere-se:

- estudo sobre o conhecimento dos profissionais nas empresas sobre TI e contábil;
- estudo idêntico sobre empresas de ramo diferente;

estudo sobre a comunicação existente entre os responsáveis das áreas de TI e Contábil com os demais funcionários das empresas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Nestor Nogueira de. **Introdução aos controles internos.**

Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/introducao-aos-controles-internos/441/>>. Acesso em: 18 out. 2011.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, Willian. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA, Ana Maria Ribeiro. As implicações da tecnologia da informação na profissão contábil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, XVI, 2000, Goiânia. **Anais...** Goiânia: 2000, Cd-Rom.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Dispõe sobre o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 107, de 23 de maio de 2008.** Dispõe sobre procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros e tradutores públicos e intérpretes comerciais. Disponível em:

<<http://www.dnrc.gov.br/legislacao/MinutaIN107maio2008.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Código civil brasileiro Lei nº 10.406/2002 artigo 1.179.** Disponível em:

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/escrituracaocontabil.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007** - Institui a Escrituração Contábil Digital. Retificada no DOU de 21/11/2007, Seção 1, pág. 43.

Retificada no DOU de 22/11/2007, Seção 1, pág. 67. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. Medida Provisória nº 2158-35, de 24 de agosto de 2001. **Diário Oficial da União**, 27 ago. 2001. Disponível em:

<<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/mp2158.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. **Receita Federal do Brasil. Sítio SPED.** Disponível em:
<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Convênio ICMS 143/06.** Disponível em:
<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm>.
Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de controle interno. **Princípios de controles internos.** Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/senado/scint/insti/controles_internos_02_principios.asp>.
Acesso em: 18 out. 2011.

CLETO, Nivaldo. **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Revolução Digital no Meio Empresarial e Contábil.** São Paulo, 2006. Disponível em:
<<http://www.lopespinto.com.br/adv/publier4.0/texto.asp?id=533>>. Acesso em: 17 out. 2011.

COELHO NETO, Pedro. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas.** Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

EXAME. **O motor da história.** Exame revista quinzenal. Ano XXXVI, n.10, ed.766, p.92-104, maio de 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JOCHEM, Laudelino. **O contabilista e a responsabilidade social.** Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. 2008

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** São Paulo: Saraiva, 2004.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micros e pequenas empresas localizadas na cidade**

de Toritama Agreste Pernambucano. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em contabilidade). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. - Convênio UnB, UFPB, UFPE e UFRN, João Pessoa, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NASCIMENTO, Austem Moreira; REGINATO, Luciane (Org.). **Controladoria:** um enfoque na eficácia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis – NBC T- 11. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>>. Acesso em: 18 out. 2011.

PEREIRA, Jorge Francisco. **O Papel do controle interno dentro das organizações.** 2007. Monografia (Especialização em Auditoria e Controladoria) - Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Projeto a vez do Mestre, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

PESSOA, Aldemir. **O avanço da tecnologia e sua influência no perfil do contabilista.** Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/v2/home.php?st=listjornal&jornal_id=196>. Acesso em: 18 out. 2011

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006

SANTA CATARINA. Convênio ICMS 143/06. Retificada no DOU de 20/12/2006. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2006/cv143_06.htm>. Acesso em 17 out. 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil:** 1996. 476 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

THOMPSON, Carlos. Informática e contabilidade: modernização fundamental. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n. 74, p. 20-26, jan./mar. 1991.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED** – Sistema Público de Escrituração Digital. Curitiba: Juruá, 2009.

APÊNDICE

Questionário com as perguntas e respostas dos entrevistados nas áreas.

Tecnologia da Informação

1) Há quanto tempo a empresa possui um sistema de Gerenciamento integrado?

R: Desde 2004.

2) A alteração do sistema para o programa SPED foi feita integralmente por uma empresa terceirizada? Se sim quanto tempo esta empresa levou para adequar o sistema?

R: Parte foi desenvolvida internamente pela equipe de TI em conjunto com a equipe Contábil.

3) Foi gerada algum tipo de consultoria na área de T.I. para a implantação do SPED? Se sim quanto tempo esta consultoria ficou a mercê da empresa?

R: Não houve a necessidade de contratação de consultoria para o TI, mas sim diretamente para a área para ajustes de configuração do ERP para geração do SPED.

4) O Sistema Gerencial utilizado pela empresa sofreu muitas alterações em termos de parametrização? Em quais áreas mais afetou esta mudança?

R: Em geral os ajustes foram em Cadastros de Produtos, Clientes, Fornecedores, Transações, Formas de Contabilização e demais configurações para geração do SPED.

5) Com esta possível alteração no sistema gerencial, influenciou na rotina dos colaboradores? Em quais áreas?

R: Na área de TI podemos considerar que foi necessário destacar um programador por 4 horas diárias no período de aproximadamente 1 ano, para desenvolvimento das formas de Contabilização.

6) Foi desenvolvido algum curso para os funcionários na nova atualização do sistema?

R: Ver com a área Contábil. Na parte do TI não houve cursos.

7) Quais as principais dificuldades encontradas para a implantação do programa?

R: Não houveram dificuldades para configurar o sistemas, mas sim muito trabalho das áreas RI, Contábil e TI.

8) O aumento no banco de dados da empresa sofreu um aumento significativo?

R: Foi estimado algo em torno de 6%.

9) Como é feito o controle e o armazenamento do arquivo XML (arquivo da Nota Fiscal Eletrônica)?

R: O XML é armazenado no banco de dados Oracle com backup diário.

10) Após a primeira transmissão do SPED foi implantado novas formas de controle?

R: Ver com a área.

11) O sistema é atualizado constantemente? Periodicamente? Em quanto tempo?

R: O sistema é atualizado sempre conforme determinação do fisco.

12) Quantas transações e Formas de contabilização nos possuímos hoje no Sapiens e quantas tínhamos no início de 2008?

R: Hoje temos 501 Transações com Formas de Contabilização no Sapiens, em 01/01/2008 tínhamos 91

Recebimento Integrado (RI) (Faturamento):

1- Para a implantação da NF-e, foi adquirida alguma consultoria para tal? Foram feito cursos a respeito?

R: adquirimos uma consultoria para a configuração do sistema (Gestão), foram feitos cursos e treinamentos, com a equipe, foi de extrema importância o apoio recebido pelo setor de TI e Fiscal , principalmente nas resoluções dos problemas .

2- Foi alterada muito a rotina de trabalho de emissão de NF? Como foi esta adaptação do setor a nova rotina? Quais as principais dificuldades?

R: houve alterações nas rotinas, em especial na parte relacionada aos cadastros (clientes, produtos e fornecedores).

- o setor foi receptivo as mudanças , a equipe estava preparada.

Dificuldades - fomos pioneiros a implantar a nf-e em SC, a falta de conhecimento e informação foi um dos agravantes, buscávamos informações nos órgãos competentes e consultorias e não tínhamos respostas concretas.

3- No seu ponto de vista, esta mudança gerou benefícios para a empresa? Que tipo de benefício?

R: Sim; diminuição de custos com formulários contínuos, arquivos, cópias autenticadas e outros.

- 4- A Respeito do Arquivo XML (arquivo da Nota fiscal Eletrônica), como é feito o controle e o armazenamento?

R: Nossa empresa tem uma conta de e-mail somente para recebimento e envio do XML, os envios aos clientes é automático a emissão da Nota , temos um programa onde fica armazenado os XML, dentro do servidor. Nos recebimentos do XML, acessamos o e-mail da NF, localizamos o XML, salvamos em uma pasta de arquivo no servidor , esse processo está totalmente manual, precisamos investir em tecnologia (sistema) para agilizar esse processo, hoje perde-se muito tempo em controles .

Fiscal

- 1- Foi gerada algum tipo de consultoria na área do Fiscal para a implantação do SPED? Se sim quanto tempo esta consultoria ficou a mercê da empresa?

R: sim... ficaram +/- 30 dias implantando

- 2- Foi desenvolvido algum curso para os funcionários na nova atualização do sistema?

R: não

- 3- O SPED foi homologado pelo Decreto º 6.022, de 22 de Janeiro de 2007. Quando iniciou o desenvolvimento para o sistema SPED?

R: 4 meses antes

- 4- Quando a NF-e começo a funcionar? Quando tempo demorou pra iniciar o trabalho e finalizar?

R: inicializou em Dezembro de 2008, e demorou uns 6 meses.